

ALADI/CR/Ata 731
12 de abril de 2000
Hora: 10h05m às 11h50m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Consideração da ata correspondente à 729a. sessão.
 4. Evolução do processo de integração regional durante 1999 (ALADI/SEC/Estudo 125).
 5. Elementos para a discussão no grupo de trabalho sobre a participação empresarial (ALADI/SEC/di 1.293).
 6. Reformulação do orçamento da Associação para o ano 2000 (ALADI/CR/PR 180).
 7. Assuntos diversos.
 - Anúncio do Secretário-Geral sobre apresentação de um relatório sobre sua visita ao México.
 - Comemoração do Vigésimo Aniversário da Assinatura do Tratado de Montevideu 1980.
-

Preside:

GUSTAVO IRUEGAS EVARISTO

Assistem: Carlos Onis Vigil, Noemí Gómez, Gustavo Vivacqua, Julia Adriana Gabriela Pan e Jorge Alberto Ruiz (Argentina), Mario Lea Plaza Torri e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Afonso José Sena Cardoso, Eduardo Paes Sabóia, Marcelo Baumbach e Paulo Roberto Ribeiro Guimarães (Brasil), Flavio Tarsetti Quezada, Lilia Rodríguez Pizarro, María Antonieta Jara e Axel Cabrera (Chile), Arturo Sarabia Better e Fabio Emel Pedraza Pérez (Colômbia), Miguel Martínez Ramil e Fidel Ortega (Cuba), José Rafael Serrano Herrera, Julio Prado Espinosa e Carlos Santos Repetto (Equador), Gustavo Iruegas Evaristo, José Luis Solís, Julio Lampell e Juan Antonio Nevárez (México), Gloria Amarilla Acosta e Luis Alfonso Copari (Paraguai), Carlos Higuera Ramos e Carlos Vallejo Martell (Peru), José Roberto Muínelo (Uruguai), Nancy Unda de González e Magdalena Simone (Venezuela), María Eugenia Quesada Fonseca (Costa Rica), Joaquín María De Aristegui Y Petit (Espanha), Arnaldo Chibbaro (IICA), Roberto Casañas (OEA) e Pascual Gerstenfeld (CEPAL).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo Mejía e Gustavo Adolfo Moreno.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da ordem do dia.

... Depois de distribuído este documento, esteve disponível outro, da Comissão de Orçamento. Temos conhecimento de que se pediu que este documento fosse acrescentado, que se refere à reformulação do orçamento da Associação para o ano 2000. Submeto à consideração dos senhores a conveniência de inclui-lo na ordem do dia de hoje.

Como não vemos objeções, pedimos à Secretaria-Geral que o inclua como ponto sexto da ordem do dia.

Não havendo observações, APROVA-SE, com a inclusão de um ponto sobre "Reformulação do orçamento da Associação para o ano 2000".

Passamos ao ponto seguinte.

2. Assuntos em pauta.

... Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, no documento que está em poder dos Senhores Representantes constam as notas e documentos a que corresponde dar entrada.

Cabe salientar, em primeiro lugar, que recebemos da República de Cuba um cheque por US\$ 80.000, com o qual completa sua contribuição pelo primeiro ano de sua adesão à Associação.

Agradecemos à Representação Permanente e, por seu intermédio, ao Governo de Cuba esta importante contribuição, que ajuda, pelo menos, a ir fazendo frente à situação econômica de nossa Associação.

Devemos salientar também, Senhor Presidente, a nota da Representação Permanente de Cuba, mediante a qual comunica a designação da Senhora Raquel González Carrillo como Assessora Técnica, em caráter de Primeiro Secretário.

Damos as boas-vindas à Senhora Raquel González, desejando-lhe êxitos em suas atividades na Associação.

Finalmente, Senhor Presidente, quero destacar o documento ALADI/SEC/di 1291, de 14 de março de 2000, "Avaliação do funcionamento do Sistema de Pagamentos no ano 1999". Neste momento está reunida na sede da Associação a Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários. Oportunamente apresentaremos a este Comitê o relatório final desta reunião, bem como algumas ações que vem realizando a Secretaria-Geral com o Banco Latino-Americano de Exportações para avaliar e ver as perspectivas da utilização do Convênio de Pagamentos como mecanismo de financiamento do comércio regional.

É tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Passamos ao ponto seguinte.

3. Consideração da ata correspondente à 729a. sessão.

... Em consideração.

Não havendo observações, APROVA-SE.

Passamos ao ponto seguinte.

4. Evolução do processo de integração regional durante 1999 (ALADI/SEC/Estudo 125).

... Pediria ao Secretário-Geral que apresentasse o documento contido neste ponto da ordem do dia.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente.

Hoje estamos informando os países-membros sobre o documento “Evolução do processo de integração regional durante 1999”, ALADI/SEC/Estudo 125, de 31 de março deste ano.

Como já é costume, este documento vem sendo elaborado pela Secretaria-Geral todos os anos. Neste caso constitui uma continuação do Estudo 123, que apresentamos aos senhores no ano passado. Em dezembro do ano passado fizemos também uma síntese, amplamente divulgada em diversos meios de comunicação e em nossa página web.

Nesta ocasião, novamente fizemos o estudo de forma mais pormenorizada, de maneira que responde a alguns comentários, basicamente de caráter metodológico, que sempre surgiram dos países-membros.

Neste ano se tentou dar à introdução do estudo um caráter de resumo executivo, de síntese analítica, que se depreende dos diversos acontecimentos que marcaram a integração econômica durante o ano passado na região latino-americana e o contexto econômico, político e social, no qual se desenvolveu esse processo de integração, e suas vinculações, tanto com terceiros países como com outros blocos econômicos em nível mundial.

Senhor Presidente, com esta breve introdução e com sua anuência e dos Senhores Representantes Permanentes, pedirei ao Engenheiro Gonzalo Rodríguez, coordenador de nossa Divisão de Estudos e Estatísticas, que apresente de maneira breve o documento e seu conteúdo. Logicamente ficamos a sua disposição para ampliar ou esclarecer tudo aquilo que considerem conveniente. Muito obrigado.

SECRETARIA (Gonzalo Rodríguez). Obrigado, Senhor Presidente. Como mencionou o Senhor Secretário-Geral, o documento consta de dois capítulos. No primeiro se substitui de alguma forma, nossa intenção é que melhore, o resumo executivo anteriormente apresentado. Trata-se de tirar os principais elementos analíticos do processo, dividido em quatro partes. O segundo capítulo contém o desenvolvimento pormenorizado e fático do que constitui a substância para a análise do primeiro capítulo. Divide-se, de forma rápida e resumida, na visão do entorno internacional e regional, nas novidades da agenda regional, na agenda internacional e multilateral e, digamos, em uma aproximação de conclusões.

No contexto internacional e regional, a primeira parte do primeiro capítulo, é sublinhada a crise que enfrentaram os países no ano 99, que afetou seriamente nove dos países, como se menciona. Foi principalmente séria no primeiro semestre; no segundo já se começou a insinuar alguns sinais de melhora, em função de algumas recuperações de preços, como do petróleo, de grande importância para algum dos países, o aumento dos fluxos de investimento estrangeiro direto, embora não ainda dos fluxos a curto prazo, e um começo de recuperação do crescimento econômico.

Foi muito grave a deterioração dos termos do intercâmbio, que afetou vários dos países não exportadores de petróleo. Isso incidiu no resultado externo. Apesar da crise e de certa recuperação das exportações, não nos foi possível superar o saldo deficitário. Ou seja, o conjunto dos países da ALADI se manteve deficitário em termos comerciais no ano 99, ocorrendo, ainda, uma queda histórica no comércio intra-

regional, de dimensões realmente semelhantes às da crise da dívida dos primeiros anos da década de oitenta.

Há algumas similitudes com os primeiros anos da década de oitenta com a forte queda do comércio intra-regional e uma grande deterioração dos termos do intercâmbio, que neste caso não foi para todos os países e algumas diferenças: caiu menos o produto que naqueles anos e não houve, não conseguimos, um saldo superavitário, que sim foi necessário no começo dos anos oitenta para contribuir ao pagamento da dívida depois de 1982.

Há diferentes âmbitos na agenda regional. Por um lado, temos um âmbito regional, propriamente dito, onde o fato de maior destaque em termos políticos é a incorporação de Cuba e o começo da transformação de alguns de seus acordos, celebrados ao amparo do Artigo 25 do TM80, em acordos de complementação econômica, e a inauguração de uma experiência de negociação da incorporação de um novo país; é a primeira vez que acontece uma ampliação do Tratado de Montevideú 1980.

No que tem a ver com as normas comuns, exceto a consolidação de disposições do regime geral de origem, não houve maiores novidades, continuando, pelo contrário, certa tendência à deterioração de um dos instrumentos através dos quais se canaliza o comércio intra-regional, o Convênio de Pagamentos, que ainda viu diminuída sua importância relativa como canalizador das operações.

Nas negociações ainda pendentes, isto é, bilaterais ou entre grupos que não estabeleceram relações de livre comércio, também houve avanços pouco significativos. Contudo, pelo menos se superou o estancamento em que estavam algumas dessas negociações.

Nas negociações MERCOSUL-CAN houve novidades em termos de um acordo assinado entre o Brasil e quatro desses países e começo de negociações também da Argentina e desses mesmos quatro países. No caso das negociações entre o MERCOSUL e o México houve uma ampliação de um dos acordos, que é o caso do Uruguai, e se reiniciaram as negociações entre o Brasil e o México. Espera-se que concluam este ano para um acordo, não de livre comércio, mas de preferências fixas, nas quais houve novidades nestes últimos dias. Algumas delas não estão incorporadas, como dissemos no começo. Este estudo encerra-se em 2 de março de 2000, porque em algum momento havia que encerrá-lo.

Onde há maior quantidade de novidades é na consolidação dos acordos existentes. Continuaram sendo aplicados os cronogramas pactuados, acelerando-se em alguns casos. Avançaram as negociações do setor automotriz em muitos dos acordos, continuou o processo de liberalização e negociação da liberalização de serviços, foram incorporados regimes de solução de controvérsias a alguns casos, com seus correspondentes procedimentos arbitrais, incorporaram-se regimes de salvaguarda, houve prazos compromissivos para alguns elementos importantes e houve uma notória mudança na participação do setor empresarial em seu compromisso e mesmo na contribuição para soluções que em alguns dos âmbitos se apresentaram no processo de negociação.

Finalmente, haveria que salientar certo salto qualitativo em algum dos processos, já iniciado, contemplando elementos como a coordenação de políticas macro-

econômicas e o acompanhamento das conjunturas e posições elaboradas em comum para levar adiante em diferentes foros.

Um elemento importante que a Secretaria gostaria de submeter a sua consideração é o próprio processo de manejo do conjunto de acordos, a negociação permanente, as comissões administradoras, os órgãos, os diversos órgãos, funcionando de maneira permanente, dão a sensação de que começou a cristalizar algo que chamamos cultura de negociação no interior do conjunto dos processos, que certamente terá um desenvolvimento relativamente exponencial e colaborará muito para o crescimento e aceleração do processo.

No que diz respeito à agenda internacional e multilateral, há um notório avanço na América Central, e é um acordo assinado pelo Chile e a Costa Rica, e algumas negociações, mas ainda não houve novidades. Em alguns casos, as negociações estiveram relativamente estancadas.

Com a União Européia existe um notório avanço, que é a subscrição do acordo de livre comércio do México, com grande velocidade em sua negociação, depois de nove rodadas. É um acordo ambicioso, profundo, importante, concretizado no período que estamos analisando.

Nos casos da União Européia-MERCOSUL e União Européia-Chile criaram-se os comitês regionais. As negociações têm progredido, mas ainda não tem havido avanços de outro tipo.

Quanto às negociações no âmbito da ALCA, culminou uma primeira etapa; foram definidos os temas que incluirá um futuro acordo e foram aprovadas medidas de facilitação de negócios. Vem uma etapa, agora, da discussão da estrutura geral do acordo e de elaboração das minutas dos respectivos capítulos, que deveriam estar disponíveis em abril de 2001.

Este é um elemento importante a ser levado em conta, pois isto pode acarretar uma aceleração das negociações no período próximo imediato, se levarmos em conta o calendário de reuniões previsto.

Finalmente, fomos testemunhas, lá pelo final do ano passado, da suspensão da Terceira Conferência Ministerial, sem chegar a maiores conclusões em nível da OMC, e de um começo de negociações de serviços e agricultura, mas sem prazos estabelecidos para sua finalização.

Parece-nos conveniente, neste momento, tratar de fazer-nos uma rápida imagem, de tipo fotográfico, da situação que se pode apresentar. Daria a sensação de que, em um contexto muito desfavorável, como o do ano passado, especialmente na América Latina, já passou o pior momento. Nesse contexto, em nível dos processos existentes, em nível dos processos sub-regionais, em nível da opção dos processos sub-regionais que vinham ocorrendo no interior da Associação, é onde tem havido avanços, em muitos aspectos: em acelerações, em normas; em negociações pendentes dá a sensação de que se avançou o que era possível. Como que foram estabelecidas as bases para futuros avanços, que era o que se podia fazer nestas condições.

No que concerne às normas regionais, é pouco o que se avançou. E na projeção externa com a ALCA, a América Central, a União Européia, também se avançou o

que era possível no momento. Na ALCA, principalmente, progrediu-se de acordo com o que vinha sendo programado; são elementos ainda não compromissivos, mas falta o salto que seguramente haverá que propor nas etapas imediatas da elaboração das minutas e dos aspectos substantivos que começariam a ser negociados depois.

No aspecto multilateral, também fomos testemunhas de, eu não digo um fracasso, parece-me que não se deveria dizer fracasso, mas sim de um inconveniente realmente sério.

Quais são as primeiras conclusões que podemos extrair ou submeter a consideração? Em primeiro lugar, a crise afetou o processo de integração, de maneira palpável e fortemente no comércio intra-regional, de forma inusitada, como em seus piores momentos. E afetou as negociações em termos de novos acordos de livre comércio intra ALADI.

Em segundo lugar, entretanto, ficou demonstrada a vontade política de manter vigentes os compromissos existentes e ampliá-los nos casos em que fosse possível. Isso aconteceu na área das normas, da participação empresarial em função de um notório aumento da segurança jurídica e da transparência de diversos processos, o que evidencia a vigência da prioridade sub-regional, em que os países comprometeram principalmente sua vontade política.

No que tem a ver com a projeção externa, não houve aumentos significativos em conjunto, mas concretizaram-se dois novos acordos de livre comércio e intensificou-se o relacionamento político do conjunto da ALADI, bem como da América Latina com a União Européia.

Em quarto lugar, parece importante ter uma atitude muito vigilante sobre a evolução das negociações internacionais no próximo período, a curto e médio prazos, e a relação dessa evolução com o processo de integração na medida em que estarão, e -em alguns casos- de forma expressa, condicionadas mutuamente de maneira clara.

A incerteza causada ainda pela falta do *fast-track*, com relação à ALCA, no caso do Governo dos Estados Unidos, e as próprias datas marcadas poderiam forçar no sentido de que em um prazo muito breve se apressassem as negociações.

Por último, a negociação multilateral criou incerteza, afetando as expectativas dos países, mormente no que tem a ver com as negociações vinculadas com o setor agrícola.

Para finalizar, levando em conta a evolução recente das negociações multilaterais, a evolução e perspectivas da economia internacional e regional, que parecem mais favoráveis no momento atual, e a vontade política demonstrada pelos países da região, pareceria estarmos perante um conjunto de condições que permitiriam retomar o dinamismo das negociações entre os países da Associação com vistas a consolidar e aprofundar o processo de integração regional. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Gonzalo Rodríguez e Senhor Secretário-Geral.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente.

Queremos agradecer à Secretaria-Geral este documento que nos acaba de apresentar. Parece-nos que está muito bem elaborado, com uma estrutura, uma metodologia muito clara e também as conclusões a que conduz a análise sobre a situação internacional e seus efeitos sobre o processo de integração regional. Compartilhamos desses fatos que acaba de assinalar a Secretaria.

A respeito do conteúdo em si do documento, desejaríamos fazer algumas considerações. Muito embora consideremos que o documento é excelente, e com a intenção de aprofundar alguns pontos, gostaríamos de que no próximo documento desta série fossem analisados alguns temas, que não se tratasse exclusivamente o tema comercial. Parece-nos que esta é uma análise do processo de integração e achamos que estamos dando a ênfase justa e necessária aos processos de negociação, intercâmbio comercial e acordos de livre comércio. Contudo, consideramos que o tema integração é um pouco mais amplo e não é somente o intercâmbio comercial.

Gostaríamos, se possível e houvesse informação nesse sentido, de que fossem tratados alguns outros temas relacionados com o processo de integração, notadamente entre os países da América do Sul. O aspecto da energia, por exemplo; o tema energia é muito importante neste momento para os processos de integração, na medida em que a parte, basicamente, de hidrocarbonetos ou a compra e a venda de energia são um processo que já se iniciou, mas que será aprofundado nos próximos anos, e parece-me que deveríamos acompanhar um pouco mais em nível regional.

Outro dos temas que também nos pareceria interessante incorporar é o relacionado com a infra-estrutura associada ao transporte. Ou seja, acreditamos que os acordos de livre comércio geram uma preferência, que provoca um aumento de comércio entre os países vizinhos e entre os países da sub-região, mas a seguinte etapa para continuar a redução de custos é a maior eficiência nos serviços de transporte e uma melhor infra-estrutura, que é o que nos dará outro salto de maior competitividade para produtos da região. Quer dizer, gostaríamos de que, se fosse possível, pudessem ser incorporados, a partir dos próximos estudos, os aspectos metodológico e de análise da integração dentro da ALADI.

No que tange à projeção externa, parece-nos muito interessante essa análise das diferentes ações que vêm realizando alguns países ou grupos de países a respeito de países ou grupos de países de fora da zona. Gostaríamos de que a análise desses acordos fosse ampliada, que contivesse maiores pormenores e mais especificações sobre esse tipo de acordos. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante da Argentina.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Senhor Presidente.

Também pensamos que se trata de um valioso esforço de análise, mas também de síntese, que merece uma revisão mais acurada, que não pode ser feita em dois dias. Na verdade, recebemos o documento sexta-feira 7 de abril.

Pensamos que se trata de um documento chave que deve ser levado em conta na preparação da Décima Primeira Reunião do Conselho de Ministros. Por isto, sem prejuízo dos comentários que faremos a seguir, propomos que se programe uma reunião de Chefes, especificamente para discuti-lo com mais pormenores.

Segundo nosso parecer, é um documento mais equilibrado, menos triunfalista, por assim dizer, que algum dos anos anteriores, pois reflete nitidamente os avanços e também os temas pendentes no processo de integração regional. Queremos fazer referência, de modo particular, ao pouco que se tem avançado no âmbito das normas comuns, onde o único e modesto êxito destacado no documento é a consolidação das diversas disposições existentes na ALADI sobre o regime geral de origem. O único outro tema de normas comuns em que houve algum avanço nesse período foi a elaboração de um projeto de acordo sobre solução de controvérsias, que está à consideração de nossos Governos e que conta com o decidido apoio do México. Reiteramos nesta oportunidade uma exortação aos demais países-membros da ALADI para que apoiem esta iniciativa.

Ainda com relação às normas comuns, consideramos que se deve ampliar esta seção do documento para analisar as razões pelas quais não tem sido possível avançar sobre outros temas de interesse comum, como é o caso de salvaguardas e eliminação de medidas não-tarifárias.

Para finalizar estes comentários iniciais, parece-nos que no estudo deve ser feito um esforço por relacionar os principais acontecimentos da agenda internacional e multilateral; por exemplo, suspensão da Rodada do Milênio, avanços na ALCA, negociações com a União Européia, etc., com a evolução da ALADI, principalmente com o rumo que deve tomar a Associação nos próximos anos.

Nos próximos dias faremos chegar, por escrito, à Secretaria-Geral comentários mais pormenorizados sobre este documento.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Senhor Presidente.

De maneira muito breve. Queríamos também acompanhar as outras Representações nos agradecimentos à Secretaria-Geral pela distribuição do documento e também por sua apresentação, que nos pareceu, inclusive, uma síntese ainda mais interessante que o primeiro capítulo do documento. Por uma razão muito simples: porque a apresentação que fez o Diretor já está atualizada. Ou seja, é uma apresentação feita com base nos fatos já conhecidos em abril de 2000 e não se referem somente ao ano calendário 99.

Faço este comentário para conectá-lo com outro, que é o seguinte: a análise que se apresenta na introdução é um pouquinho pessimista com relação à chamada crise internacional e que o documento, de passagem, denomina um pouco, parece-me, exageradamente "...crise brasileira...". Na verdade, os fatos de hoje em dia, abril de 2000, já indicam uma recuperação da economia brasileira e das economias da região em geral, muito mais forte do que tinha sido previsto, não só no final do ano passado, mas em meados do ano passado.

Como é lógico, o documento se refere, basicamente, ao ano 99, mas me parece que se tivesse uma perspectiva de horizonte temporário um pouco mais longa para atrás e um pouco mais para adiante, já que se encerrou em março, teria podido exibir um tom um pouco mais otimista. Contudo, essa é uma observação quase marginal. O importante é que se trata de um documento muito interessante. A parte fática me parece muito bem feita. Certamente pode ser de grande utilidade para nossas Chancelarias e para os órgãos de nossos Governos centrais. O único que eu recomendaria é que a parte analítica e de síntese dos fatos, que antecede a parte fática, pudesse ter, no futuro, um pouco mais de horizonte temporal para atrás e para adiante, se for possível, para pôr estes fatos da integração em uma perspectiva mais vinculada com a realidade de nossos dias. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Eu também quero parabenizar a Secretaria pelo documento. E apenas desejaria fazer uma recomendação. Nas intervenções de meus colegas do México e da Argentina se propõe que em próximos documentos sejam incluídos outros temas. A Argentina propôs incluir o tema da energia e, adicionalmente, o tema do transporte. E o México propõe ampliar a seção normativa comum e a parte que tem a ver com a relação dos processos de integração na América Latina com o que vem ocorrendo no resto do mundo. Eu mesmo propus, dias atrás, incluir o tema do investimento intra-regional.

Entretanto, vendo o tamanho do documento, cinqüenta páginas, temo que extrapolemos as características do que se busca com este tipo de documentos. Por conseguinte, eu sugeriria que tratássemos de incorporar esses novos temas a outro documento, para não desvirtuarmos o alcance deste. Essa é a recomendação que queria fazer.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Tem a palavra o Senhor Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Obrigado, Senhor Presidente.

Da mesma forma que as Representações que nos precederam no uso da palavra, queremos parabenizar a Secretaria por este trabalho muito completo. Sem dúvida, como todo trabalho muito técnico, sempre merece alguns comentários ou sugestões.

Apoiamos a distinta Representação do México no sentido de que este documento poderia servir de base para a agenda do Conselho de Ministros, por ser um documento muito bom, ao qual haveria que acrescentar alguns temas sugeridos por algumas Representações.

Estaríamos dispostos a tratá-lo em uma reunião como a proposta pelo Senhor Representante do México. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Tem a palavra o Senhor Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Mario Lea Plaza Torri). Obrigado, Senhor Presidente.

Também agradecemos à Secretaria este importantíssimo documento, sobre o qual somente devo coincidir com três ou com quase todas as intervenções, no sentido de que lhe faltam alguns elementos importantes que, sem ser exatamente econômicos, são de um caráter integracionista total. O tema que mencionava o Embaixador da Colômbia, o tema da integração energética, por exemplo, é muito importante para nós. Não se trata somente de que nossas exportações terão um aumento a partir deste ano pela venda de gás ao Brasil. Tem sido importante nossa integração com o Brasil e, por conseguinte, com a América Latina, passando a ser um elo estratégico de integração energética. Então, esse é um tema importante para nós, porque a partir daí pretenderíamos vender ao Uruguai, ao Paraguai, a quem for.

Por outro lado está o tema do transporte. Concretamente para nós, ele torna-se muito importante. Quase nossa única via de comunicação e de exportações com o exterior é a relacionada com a Hidrovia. É importante para nós que este tema esteja vigente e seja permanentemente tratado, analisado e se avance neste sentido nos processos de integração a partir deste momento.

Por último, temos também o tema dos investimentos. Lamentavelmente, podemos ver nas estatísticas que os latino-americanos não estamos fazendo investimentos na América Latina. São apenas investimentos esporádicos, de um ou de outro país. Os investimentos que nos chegam são geralmente de fora. Há poucos investimentos de países da ALADI em países da ALADI. É um tema sobre o qual creio que também devemos refletir.

Com estas observações e, seguramente, com algumas outras, parableno novamente a Secretaria, mas creio que são temas que devemos continuar discutindo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante da Bolívia.

Tem a palavra o Senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Senhor Presidente.

Coincido com todas as intervenções, que visam melhorar o documento. Sempre tive por lema que o perfeito é inimigo do bom. Às vezes, se complicamos demasiado um documento, resulta difícil analisá-lo globalmente. Entretanto, acredito que é importante que cada vez se melhore mais esta análise.

Este estudo abrange um horizonte muito complexo. É otimista e preocupante, certamente, como o mundo de hoje, pelo qual minha Representação está de acordo com a proposta do México, tendente a continuar tratando isto em nível de Chefes de Representação. Parece-me muito bem.

Tenho uma dúvida: não seria mais oportuno deixar passar alguns dias, de forma que possamos mandar este documento a nossas capitais e que elas nos ajudem com o conteúdo do documento? Pelo menos quanto a minha Representação, trata-se de

uma leitura afável e entretida; mas não sei se temos conhecimento realmente de tudo o que está dentro, que é tão global -vai para Seattle, depois, para Genebra, volta para Montevideú, depois vai para Lima- para que possamos ter a capacidade de fazer um bom trabalho com este documento.

Então, estando de acordo em que esta reunião de Chefes de Representação deve ser permanente, sugiro deixar passar alguns dias. Há países que têm suas capitais muito perto e rapidamente podem chamar um técnico para que trate isto, mas no nosso caso passará um par de semanas ou três para poder tratar a fundo este documento, mormente no que se refere à parte técnica. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente.

Vou explicar minha exposição, partindo da base de que era um documento do ano 99; ou seja, uma descrição de fatos que tinham ocorrido no ano 99, com uma descrição da situação internacional e dos efeitos sobre o processo de integração e do que tinha acontecido no processo de integração. Ou seja, tomo o documento nesse sentido.

Se queremos projetar este documento para o ano 2000 e que seja base para um debate dos Chanceleres, parece-me que deveria ser outro documento. Este pode ser um documento de referência dos Chanceleres, um documento no qual seja analisado o que ocorreu no ano 99. Ora, trabalhar sobre esta base para o ano 2000, parece-me que vai ser muito difícil podermos extrapolar, com base no ano 99, o que acontecerá em 2000. Eu diria, e esse era o sentido de minha intervenção, que este documento refere-se ao ano 99. Quando recebamos o documento de 2000, dentro de um ano, deveríamos incorporar-lhe alguns elementos que consideramos importantes. Agora, se vamos trabalhar sobre este documento como base, parece-me que será bastante difícil porque os Chanceleres, quando se reúnam, não sei em que momento, deverão trabalhar sobre o filme do ano 2000, não sobre o filme de 99, sobre o que está acontecendo nesse momento e como vêem o futuro. Ou seja, parece-me que são dois filmes, talvez um seja a continuação do outro, mas não é o mesmo filme. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado.

Tem a palavra o Senhor Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (José Rafael Serrano Herrera). Obrigado, Senhor Presidente.

Faz aproximadamente um ano, quando nos foi apresentado o relatório sobre a situação de 1998, tínhamos na agenda a convocação de uma reunião de Alto Nível dentro do processo de integração. Nesse momento foi apresentado o documento e na discussão do Comitê de Representantes, muito parecida à de hoje, tomou-se esse documento, na verdade, bastante melhorado, como elemento para essa reunião de Alto Nível, e a Secretaria, com base nesse documento, apresentaria outro, que poderia servir para a discussão dessa reunião de Alto Nível.

Levando em conta que vamos considerar a possível convocação de uma reunião de Ministros, poderíamos ter a mesma dinâmica: aceitar este documento, que é bastante bom, atendendo o que foi dito aqui -que vamos transmitir a nossas Chancelarias- para tratar de completá-lo. Vejo que o documento é bastante amplo, bastante completo; no entanto, acredito que é suscetível de observações por parte dos países. E também levá-lo em conta para que, com base no acontecido, elaborem um documento que seja como a projeção do que ocorreu para que os Ministros que assistam à próxima reunião tenham como documento de base ou para uma declaração de caráter político que forem aprovar. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Constato que ninguém mais deseja falar sobre este assunto. Tentaríamos, então, resumir como está a situação neste momento.

Entendo que esta avaliação é feita pela Secretaria-Geral e apresenta-se para que as Representações façam seus comentários e observações.

Em primeiro lugar, estes comentários das Representações constam na ata desta sessão.

Além disso, temos a possibilidade, e talvez muito conveniente, de que a Secretaria receba observações escritas que poderiam ser incorporadas ao documento.

Aliás, esta oportunidade de discutir sobre este documento não pode ser única, por diversos motivos: um deles é que se trata de um documento de caráter geral sobre o tema da própria Associação e que estará presente praticamente em todos os assuntos que tratarmos.

A respeito do tema em si, é muito interessante que se apresente a possibilidade de novas discussões para que possam apresentar-se não apenas idéias de como melhorar a série de documentos, como melhorar o próximo, mas observações quanto à interpretação da Secretaria sobre alguns temas.

Parece-me que a partir do documento poderá haver outros que se relacionem com este, mas o documento da Secretaria seria este.

Foi sugerida uma reunião de Chefes de Representação e que essa reunião fosse dentro de um prazo suficiente para que este documento seja enviado às Chancelarias e volte com comentários ou instruções. Parece que seria não apenas uma boa opção, mas praticamente a única porque nossa reunião, que teremos imediatamente depois desta, tem um tema específico, que é a possível reunião de Ministros das Relações Exteriores.

Sugiro, então, pedir à Secretaria que em uma próxima oportunidade nos marque uma reunião de Chefes de Representação para tratar este tema e que a data dessa reunião leve em conta que tenham sido recebidas observações ou comentários específicos das Representações para que a reunião seja realizada contando com novos elementos, no sentido indicado pelo Representante do Peru.

Se os senhores estiverem de acordo, pediremos à Secretaria que proponha na agenda das próximas reuniões uma de Chefes de Representação para considerar o

tema contido neste documento. Pediremos, então, à Secretaria que leve em conta este pedido.

Passamos ao seguinte ponto da ordem do dia.

5. Elementos para a discussão no grupo de trabalho sobre a participação empresarial (ALADI/SEC/di 1293).

... Como os senhores lembrarão, o Comitê pediu expressamente à Secretaria-Geral que apresentasse uma proposta a respeito destes elementos em questão.

Pedimos à Secretaria-Geral que apresente este documento.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Leonardo Mejía). Obrigado, Senhor Presidente.

De acordo com o disposto pelo Comitê de Representantes em sua 728ª. sessão, a Secretaria-Geral preparou o documento “Elementos para a discussão do grupo de trabalho sobre a participação empresarial”.

Nesse documento são indicadas as principais formas de participação empresarial: reuniões setoriais, de apoio técnico para a realização de rodadas de negócios, missões empresariais, encontros através do CASE.

O documento informa que as reuniões setoriais perderam força com o desaparecimento da maioria dos acordos de natureza comercial, que o apoio da Secretaria-Geral para a realização de rodadas de negócios, encontros empresariais, bem como feiras e exposições foi reduzindo-se ao mínimo por diversos motivos. Informa também que o CASE existe, mas que não se tem reunido desde o ano 1992.

O documento salienta também a importância da informação fornecida pela Secretaria-Geral através do Sistema Integral de Informação e da página web na medida em que facilita as operações, facilita aos empresários a realização de suas atividades, especialmente de natureza comercial.

Com relação a uma eventual convocação do CASE, o documento sugere que o grupo de trabalho analise por que o órgão deixou de se reunir, com ênfase naqueles fatores que influíram no fato, como as dificuldades que teve o CASE para identificar e propor medidas operacionais visando o cumprimento das funções a ele atribuídas. Da mesma forma, as dificuldades para implementar as medidas adotadas, as mudanças no contexto econômico e social e as novas formas de negociação assumidas pelos países e, finalmente, que analise de maneira central a visão e o interesse dos líderes empresariais nos temas tratados nos diversos esquemas de integração.

Uma vez identificadas as causas pelas quais o CASE deixou de se reunir, sugere-se que o grupo de trabalho avalie a conveniência e a oportunidade de fazer uma nova convocação, com uma nova agenda para ser analisada.

Sugere-se, para tanto, levar em conta as funções atribuídas ao CASE, o mandato da Décima Reunião do Conselho de Ministros, constante na Resolução 50 (X), letra g), e as funções que desempenham os órgãos similares em outros esquemas de integração da região. Sugere-se também analisar o que existe no programa de trabalhos a respeito da promoção empresarial.

No documento se propõe que, caso se decida convocar o CASE, em sua forma atual ou de uma forma alternativa, o grupo de trabalho deveria definir os temas que trataria, identificando, em primeiro lugar, o interesse dos Governos dos países-membros para promover a participação empresarial através do CASE.

Em segundo lugar, identificando os temas que despertariam o interesse das agrupações empresariais e dos líderes empresariais da região.

E em terceiro lugar, levando em conta a incidência desta decisão sobre a alocação de recursos humanos e financeiros da Associação. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Leonardo Mejía.

Este documento é uma sugestão da Secretaria-Geral, feita a pedido do Comitê. Portanto, antes de aprová-la, o Comitê deveria pronunciar-se no sentido de se lhe parece suficiente ou se desejaria fazer-lhe alguns acréscimos ou modificações. Esta é uma proposta da Secretaria-Geral para ter os termos de referência de um grupo de trabalho- criado pelo Comitê.

Ofereço a palavra a respeito deste assunto.

Tem a palavra o Senhor Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (José Rafael Serrano Herrera). Obrigado, Senhor Presidente.

Talvez nesta situação corresponderia agradecer a Secretaria-Geral por esta contribuição, pela apresentação destes elementos e enviar o documento ao grupo de trabalho. Será nesse grupo de trabalho onde os países poderemos analisá-lo mais pormenorizadamente, fazer observações e sugerir iniciativas. E considero que talvez corresponda ao Comitê de Representantes agradecer a contribuição da Secretaria-Geral. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente.

Concordo com o Senhor Representante do Equador. Creio que o documento deveria ser tratado no grupo de trabalho, que o Comitê tome nota e agradeça à Secretaria-Geral a apresentação do documento.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Senhor Presidente.

No mesmo sentido que o Equador e a Argentina. É um documento para ser considerado em seus pormenores no grupo de trabalho.

Eu faria, nada mais, uma observação substantiva para as atividades do grupo de trabalho que presidirá nosso colega da Colômbia. Ou seja, a Secretaria deve fornecer

a este grupo de trabalho os instrumentos dos quais dispõe ou pretende dispor para dar ao setor empresarial um grande atrativo para participar das atividades da ALADI, evitando sempre duplicações com organismos internacionais ou mecanismos de cooperação empresarial já existentes, mesmo no seio de alguns de nossos acordos parciais: MERCOSUL, Comunidade Andina, etc.

O mais importante é que a Secretaria possa convencer a nós, os Governos, de que nas organizações empresariais da região foi possível despertar o interesse pela atividade da Associação. Ou seja, não basta com que os Governos, por exemplo, decidam convocar uma reunião do CASE. Isto não deve ser o fim em si mesmo deste exercício. Atrás do CASE deve haver um interesse explícito das associações empresariais da região. Não se trata de uma iniciativa dos Governos com os empresários; se não, como muito bem diz o documento da Secretaria, não se convoca o CASE. Porque se não se chega a uma eventual convocação do CASE ou de outros mecanismos que o grupo de trabalho decida ativar, isto seria muito prejudicial para a imagem da Associação na região. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muinel). Obrigado, Senhor Presidente.

Muito simples: apoiamos a proposta de que este documento seja analisado no grupo de trabalho. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Flavio Tarsetti Quezada). Obrigado, Senhor Presidente.

Creio que chegou o momento de modernizar, de alguma forma, as estruturas da ALADI. Em outros órgãos e foros já estamos falando de sociedades civis; não só os empresários estão envolvidos no processo de integração; também estão os trabalhadores, os Governos, os organismos não governamentais, e não restringido somente ao papel dos empresários. Eu creio que o Comitê de Representantes, sem prejuízo de que o grupo de trabalho se encarregue de ver por que o CASE não se tem reunido, deveria buscar fórmulas para modernizar esta estrutura que considero um pouco obsoleta: reunir somente os empresários no processo de integração. Obrigado.

PRESIDENTE. Acredito que é necessário esclarecer um pouco a situação.

O Comitê de Representantes criou um grupo de trabalho e decidiu que devia dar-lhe pontos de referência. Com este objetivo pediu à Secretaria-Geral que fizesse uma proposta. Creio que nossos procedimentos parlamentares não seriam ortodoxos se criássemos um grupo de trabalho, dizendo-lhe: “necessitamos alguns pontos de referência para que os senhores trabalhem; criem-nos os senhores”.

Das intervenções que escutamos parece-me razoável deduzir que estes pontos de referência são suficientes e corretos e, portanto, o Comitê poderia aceitá-los e encaminhá-los ao grupo de trabalho para que lhe sirvam de referência. Não me parece ortodoxo dizer-lhes: “discutam esses pontos e vocês mesmos aprovelem esses

pontos de referência”, porque, então, fizemos um círculo que nos levou a reiterar uma gestão que estava pensada com outro propósito.

Se entendi bem, os Representantes que fizeram uso da palavra manifestaram que o documento apresentado pela Secretaria é o documento que deve conter os pontos de referência para o grupo de trabalho.

Tem a palavra o Senhor Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Mario Lea Plaza Torri). Congratulamo-nos com a Secretaria-Geral pelo documento, mas estamos de acordo com a Representação do Chile, no sentido de que a realidade empresarial latino-americana mudou desde o ano 92, quando se realizou a última reunião aqui.

Consideramos que há novos elementos, novas realidades empresariais na América Latina e creio que chegou o momento de discuti-lo. Eu desejaria apoiar a posição do Chile e proponho que no grupo de trabalho também discutamos este tema e tenhamos a oportunidade de apresentar ao Comitê novas probabilidades de fortalecer a participação empresarial na integração. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Senhor Presidente.

Os Senhores Representantes do Chile e da Bolívia têm razão. É evidente que desde o ano 92 a América Latina tem mudado muito no aspecto empresarial. Contudo, não tenho dúvida de que sem empresários não há integração. Os Governos sozinhos não vão fazer a integração; de nenhum modo; sem a colaboração, sem a simpatia, sem o apoio e a participação dos empresários latino-americanos ou americanos não haverá integração.

Meu parecer é que este grupo de trabalho é muito importante. Através do debate dos temas de que nós todos participaremos comprovaremos se realmente vale a pena que este grupo de trabalho realize estas atividades e realize as reuniões indicadas no documento que nos foi apresentado. Demos ao grupo a capacidade de definir e apresentar ao Comitê seu pensamento -porque, por último, somos nós mesmos em outro foro- para relançar este comitê empresarial e motivar nossos empresários a que venham a Montevideú, ou aonde eles desejem, para participar da integração.

Sempre foi dito que há uma grande defasagem entre Governos e empresários. Acredito que este grupo foi criado especificamente para isso. Ou seja, relancemos o grupo. Está nas mãos tão capazes como as do Embaixador da Colômbia. Demos a ele e a seu grupo a capacidade de poder dizer-nos ao Comitê: “é necessário avançar e estas são nossas propostas”.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Senhor Presidente.

O México participou de todas as reuniões do CASE até a última, que foi em 1992, e poderia manter seu interesse pelo tema. Aderimos, neste sentido, às demais Representações com vistas a começar os trabalhos deste grupo.

Somente manteríamos duas preocupações, que poderiam ser incorporadas aos termos de referência mencionados pelo Presidente do Comitê: que realmente os empresários tenham interesse em participar deste tipo de foros. Dificilmente poderíamos forçar essa participação se os próprios empresários não estivessem interessados. Deveríamos fazer as consultas correspondentes e teríamos, inclusive, que promover a imagem da ALADI no setor empresarial. Outra preocupação nossa é que este foro tenha caráter de assessor, caráter técnico. De nenhuma maneira queremos que tenha caráter político dentro dos órgãos da Associação. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (José Rafael Serrano Herrera). Obrigado, Senhor Presidente.

Considero que esta contribuição da Secretaria-Geral é fundamental, é boa. Entretanto, não considero que a contribuição nem o documento contêm as diretrizes para o grupo de trabalho. Eu noto que este documento ainda pode ser melhorado. Porque noto que, às vezes, centraliza-se um pouco no CASE, quando o tema não é somente o CASE, mas a participação empresarial dos países-membros da ALADI. Esse é o tema: tratar de explorar como participarão de melhor forma os empresários. Uma boa idéia é que quando haja reuniões, quando sejam assinados acordos ou haja uma rodada de negócios bilaterais estejam presentes os empresários. Essa é uma forma de continuar promovendo também a participação empresarial. Outra forma poderia ser através do CASE, que aparentemente parece esgotada.

Em resumo, Senhor Presidente, este documento é uma contribuição da Secretaria-Geral, mas deve ser possível que no grupo de trabalho nós mesmos façamos novas sugestões. Continuaremos recebendo iniciativas, não só dos Governos, mas de alguma organização empresarial que vá de encontro a esse objetivo que consideramos a melhor e a maior participação empresarial dentro ou fora do CASE. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Segundo meu parecer, temos a seguinte situação: criamos um grupo de trabalho, falou-se da necessidade de dar-lhe termos de referência, ou seja, um mandato, em termos gerais. A expressão "termos de referência" é um pouco mais ampla que um mandato concreto; por conseguinte, a preocupação do Representante do Equador está atendida porque os termos de referência são isso: um termo amplo.

Foram feitas observações específicas e creio que poderíamos aceitar o documento ALADI/SEC/di 1293 e pedir ao Presidente do grupo, que todos escolhamos, por considerar que o Representante da Colômbia tem uma especial disposição para o tema, que adote estes termos de referência para o grupo, levando em conta as observações feitas, algumas de caráter específico, outras em termos gerais, mas que não vão de encontro ao caminho seguido nem ao documento que apresenta a Secretaria.

Os termos de referência constam em atas, e o grupo poderá consultá-los sempre. Aliás, o grupo é aberto e todos podem participar, em função do tema

principal, que é a participação empresarial. Os termos de referência foram o documento solicitado à Secretaria, para o qual até o momento não existe nenhuma proposta específica de modificação, exceto considerações no sentido de acrescentar aspectos no tratamento do tema.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Preferiria falar depois de que seja tomada uma decisão sobre o documento.

PRESIDENTE. Ainda não foi tomada. Simplesmente submeteria à consideração dos senhores uma proposta que faço à Mesa no sentido de que os termos de referência sejam os incluídos no documento ALADI/SEC/di 1293, mais as observações feitas e que constam em atas, que poderiam, porém, ser mais pormenorizadas em algum documento que fosse do interesse de alguma Representação.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente.

Nossa opinião é que não deveríamos entrar no miolo do assunto, mas limitar-nos a tomar conhecimento. Ou seja, recebemos o documento e não manifestamos nosso parecer porque ele passa para o grupo de trabalho.

Não sei qual é a alternativa do Presidente. O documento contém elementos para a discussão do grupo de trabalho sobre a participação empresarial. O mandato é que no grupo seja discutida amplamente a participação do setor empresarial.

O pedido concreto que fizemos para o âmbito de referência poderia ser melhorado um pouco. O âmbito de referência é, principalmente, uma análise histórica; deveria ser aperfeiçoado no grupo de trabalho com uma ação entre os países e a Secretaria. O mandato dado ao grupo consiste em que discuta os elementos para a participação empresarial. Esse é o título do documento. E que o Comitê de Representantes se limite a tomar nota do documento, encaminhando-o para o grupo de trabalho.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Agradeço novamente aos senhores minha designação como Coordenador deste grupo de trabalho e desejaria fazer alguns comentários sobre o que estamos discutindo.

Segundo meu critério, o que se procura com este documento, é que este grupo de trabalho tenha um âmbito de referência, umas regras de jogo. E o proposto é suficientemente amplo, pois nos dá flexibilidade e certa capacidade de identificar algumas prioridades.

Na verdade, há muito tempo que não se faz nada com relação a este tema. Por princípio, não sou muito ambicioso; não me parece que possamos fazer coisas geniais, mas algo se poderá avançar nesse sentido.

Conversando com alguns funcionários da ALADI, constatamos que alguns trabalhos neste sentido estão pendentes. Por exemplo, a preparação de um inventário atualizado de organizações empresariais da América Latina. É verdade que algo se tem trabalhado nesta matéria, mas ainda não há nada concreto. Tampouco existe uma lista de importadores e exportadores da América Latina ou de empresários vinculados com o comércio eletrônico.

Minha opinião é que temos possibilidades muito interessantes na área da informação. Continuo pensando que a grande fortaleza da ALADI é sua base de dados, seu sistema de informação e que existe uma grande brecha entre o que a ALADI tem e o que os empresários sabem que ela tem. E é aí onde, em princípio, identifiquei algumas possíveis ações, com as quais, repito, não vamos transformar nem revolucionar a América Latina. Contudo, algo poderemos fazer nesse sentido.

Acredito, por conseguinte, que o âmbito de referência proposto é suficientemente amplo. E por isso teria, com muito respeito, algumas observações sobre o proposto por meu colega do Chile, no sentido de ampliar a abrangência do grupo de trabalho, buscando também que a ALADI se aproxime da sociedade civil. Esse seria outro assunto, outra discussão, porque esse conceito abrange quase tudo. Aí caberia até mesmo a integração esportiva e por aí facilmente poderíamos terminar falando da Copa Libertadores da América e de coisas desse tipo. Creio que podemos nos limitar ao que normalmente se entendeu por empresários. O resto poderia ser feito em outro grupo de trabalho.

De qualquer forma, parecem-me muito importantes as observações feitas. Por exemplo, a observação do Embaixador do Brasil no sentido de que, como parte do mandato, o Comitê tenha todo o apoio da Secretaria, o inventário dos empresários, com quem devemos ter contato, o balanço do que aconteceu com o CASE, a identificação do órgão equivalente ao CASE na CAN, ou o equivalente ao CASE no MERCOSUL, a relação de suas reuniões e das conclusões desses encontros.

Se estamos todos de acordo, e se os senhores não têm outra observação, eu lhes pediria que aprovassem estes termos flexíveis, mas termos, afinal de contas, para que com eles possamos avançar, e oxalá com êxito, nos trabalhos encomendados.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante da Colômbia e Presidente do grupo de trabalho.

Tem a palavra o Senhor Representante de Cuba.

Representação de CUBA (Miguel Martínez). Obrigado, Senhor Presidente.

Eu queria unir a voz da Representação da Colômbia à proposta de que o documento passe ao grupo de trabalho. Trata-se, como já definimos, de um documento que contém termos de referência, e os termos de referência não costumam ser conclusivos. Aliás, as conclusões sobre o tema deverão emanar do debate do grupo de trabalho.

Estamos também perante um fato que, como diz o Embaixador da Colômbia, tem estado praticamente oito anos “no congelador” e, portanto, esse grupo de trabalho e o Senhor Embaixador que o preside estão diante de um tema que lhes exigirá um

árido trabalho. Por conseguinte, é provável que essas conclusões cheguem de forma gradual.

Da intervenção do Senhor Representante do Brasil resgato um tema que me parece fundamental; ou seja, não se trata de uma convocação da ALADI ou dos Governos ao setor empresarial; trata-se de que o setor empresarial se comprometa a envolver-se, por sua própria iniciativa e pelo interesse que nele possamos despertar, no processo integracionista latino-americano. Se não for assim, continuaremos convocando, continuarão vindo para estudar ou tirar vantagens, o que é natural e normal, de determinado tema ou questão, como pode ser o sistema informativo da ALADI, que muito atinadamente o senhor Embaixador da Colômbia indicou como uma das grandes vantagens desta Instituição, mas creio que o que subjaz é que possamos comprometer, de maneira direta e protagônica, o setor empresarial no processo integracionista latino-americano.

É verdade que sem a participação dos empresários não há integração, mas também é verdade que, de certa forma, a vontade política dos Governos desempenha um papel fundamental no andamento de um processo de integração.

Unir vontades é a única fórmula entre o setor empresarial e os Governos, é a única forma que nos pode levar a que o setor privado participe ativamente do processo de integração. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante de Cuba.

Ofereço o uso da palavra.

Como não há pedidos para fazer uso da palavra, submetemos à consideração da Mesa o documento apresentado pela Secretaria-Geral e as propostas das Representações nos termos expostos pelo Presidente do grupo de trabalho.

Não há observações. Portanto, fica aprovado. Muito obrigado.

6. Reformulação do orçamento da Associação para o ano 2000 (ALADI/CR/PR 180).

... O Presidente da Comissão de Orçamento, distinto Representante do Peru, apresentará um relatório sobre este tema.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Senhor Presidente.

A Comissão de Orçamento fez seu "homework" graças à excelente vontade de seus integrantes, que trabalharam de forma muito dinâmica, muito construtiva, muito eficiente, pondo obstáculos que foram superados de excelente maneira, mormente em suas duas últimas sessões, de 23 de março e 11 de abril passados, com o propósito de analisar especificamente o documento referente à reformulação do orçamento da Associação para o ano 2000. Já tínhamos um documento básico em nosso poder e esse é o que esmiuçamos de forma muito cuidadosa e chegamos a uma fórmula que estamos apresentando hoje a este Comitê.

Como é natural, na primeira reunião a Secretaria-Geral apresentou o documento e o discutimos. Foi um debate muito amplo, cada país fez suas argumentações e apresentou observações com várias alternativas para essa reformulação, pelo qual a

Secretaria ficou encarregada de elaborar novamente o documento e apresentar outro na próxima sessão.

No dia 11 de abril, ontem, foi apresentado o Documento Informal 582, no qual foram levadas em conta as observações de todas as Representações, concretamente a da Bolívia, no sentido de incluir uma quantia para o item sobre os países de menor desenvolvimento econômico relativo. Foi incorporada também uma importante sugestão da Delegação do Brasil de criar um item, "despesas por programar", para atender gastos imprevistos. Igualmente, foram aceitas outras sugestões das Representações participantes desta Comissão.

Quero insistir, de forma especial, no manifestado pela Representação do México, que fez uma observação no sentido de que a Comissão realizasse, em etapas posteriores, um profundo exame do orçamento de receitas e despesas da Associação e que levasse em conta um tema que consideramos também importante, que é o serviço da dívida externa da própria Associação.

Finalmente, uma vez analisadas e discutidas as alternativas apresentadas, a Comissão coincidiu na necessidade de aprovar a reformulação do orçamento correspondente ao ano 2000, pois já tinham transcorrido quase quatro meses do exercício deste ano, e submeter à consideração do Comitê de Representantes o projeto de resolução que consta no Documento ALADI/CR/PR 180.

Senhor Presidente, desejaria terminar manifestando que não posso deixar de agradecer minha designação como Presidente desta comissão. É uma Comissão que trabalha com base em ideais e projeções e pouco sobre realidades e atualidades. Conhecemos a situação econômica da Associação e, então, aplico isto a minha própria economia familiar. Como seria minha economia familiar se eu trabalhasse assim? Trata-se, porém, de uma missão que cumpro, que estou cumprindo com muito entusiasmo, realmente, e espero que este Comitê de Representantes termine este debate -que já durou bastante tempo- e aprove, se julga conveniente, esta resolução. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante do Peru.

O projeto de resolução consta no Documento ALADI/CR/PR 149, à consideração dos Senhores Representantes. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Senhor Presidente.

Antes de mais nada queria agradecer a apresentação feita pelo distinto Embaixador do Peru e Presidente da Comissão de Orçamento. Minha Delegação está em condições de aprovar o projeto de resolução apresentado pela Comissão de Orçamento.

Entretanto, eu queria fazer um comentário, dizer que minha Delegação está particularmente satisfeita com seu artigo 2, no qual se cria um item "despesas por programar" para o exercício 2000. Parece-me que neste ponto se cria um precedente muito importante, no sentido de começar uma transição de nossas práticas orçamentárias até o objetivo final de um orçamento por programa, pois se há um item "despesas por programar" poderá aproximar-se mais o orçamento em exercício com o orçamento aprovado com a execução orçamentária feita durante o ano.

Por isso, e pelo trabalho realizado pela Comissão de Orçamento, minha Delegação está em condições de aprovar este projeto e espera que as outras Representações também o aprovem. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Pediram a palavra as Representações do México, Uruguai e Cuba.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Senhor Presidente.

Recebemos o documento referente ao projeto de resolução para a reformulação do orçamento de receitas e despesas da Associação para o ano 2000. Não obstante, pelas razões manifestadas na reunião da Comissão de Orçamento e pela necessidade que temos de fazer as consultas correspondentes com nossas autoridades centrais, neste momento não estamos em condições de aprovar este projeto de resolução. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o Senhor Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Obrigado, Senhor Presidente. Nossa Representação está satisfeita pela apresentação e culminação do tratamento deste tema e está em condições de aprovar este projeto de resolução.

Somente quero acrescentar, simplesmente como sugestão e como consulta à mesa, si em “despesas a programar” este item não pode ser identificado como diz no artigo segundo: “... para o exercício 2000” em lugar de deixar “despesas a programar” sem o limite do exercício. Essa é a única observação. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o Senhor Representante de Cuba.

Representação de CUBA (Miguel Martínez). Obrigado, Senhor Presidente. Desejaria manifestar que a Representação de Cuba está em condições de aprovar o projeto de resolução como foi apresentado. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Nancy Unda de González). Senhor Presidente. Concordo plenamente em que este projeto de orçamento seja aprovado, devido a que o considero bastante adequado. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Ofereço a palavra sobre o tema. Tem a palavra o Senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Senhor Presidente. Desejaria fazer uma breve observação. Tinha manifestado que já passaram quatro meses para a reformulação do orçamento e isto é algo que vem manejando-se com muita antecipação. Certamente, respeito muito a opinião da Representação do México, mas eu pensei que todos já tínhamos feito as consultas. Meu Governo já me perguntou duas vezes como estava sendo distribuído o orçamento do ano 2000. Estão, imagino, esotericamente pensando talvez em poder pagar algo mais da dívida com a ALADI, o qual me alegra muito. Então, estão perguntado como é a reformulação e como sabem que sou o Presidente da

Comissão de Orçamento estão desejosos de saber qual é. Portanto, já tinha feito consultas há tempo, porque os projetos com as mudanças foram enviados e eu esperava que hoje o projeto pudesse estar definido. Passarão outros quinze, vinte dias mais e não teremos o tema resolvido.

Creio que por saúde fiscal -estamos em cuidados intensivos, Senhor Presidente- da ALADI, isto deveria ser aprovado quanto antes. Nenhum país em sua conduta fiscal aprova uma estrutura de seu orçamento senão muito poucos dias depois de ter aprovado seu orçamento geral. Estamos em meados de abril, finalizará abril e não sabemos que acontecerá com os países de menor desenvolvimento econômico relativo, os montantes que estamos destinando, etc.

Eu faria um apelo, não quero que mudem a posição se não podem, por favor aprovemos este projeto quanto antes. É um dos objetivos principais da Comissão de Orçamento e creio que valeria a pena alcançar um consenso, se possível nesta reunião, com as ressalvas do caso. Respeito a posição do México e manifestei no relatório do Presidente as preocupações dessa representação. Obviamente, eles querem saber se contamos com um orçamento real ou se é um orçamento virtual, quais são as dívidas. Todos os países, todos os presentes estamos muito conscientes dessa situação em que vivemos.

Então, por estes argumentos, minha representação -porque neste caso estou com o chapéu de Representante Permanente e não de Presidente da Comissão- pediria um debate para chegar a uma conclusão a respeito deste ponto. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra. Tem a palavra o Senhor Representante do Equador.

Representação do Equador (José Rafael Serrano Herrera). Obrigado, Senhor Presidente. Desejaria manifestar que minha representação adere à aprovação deste projeto de resolução no dia de hoje e dar uma informação que recebi de meu Governo: que como no ano anterior, e talvez em um montante superior, nos próximos meses fará sua contribuição, que está pendente. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o Senhor Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Mario Lea Plaza Torri). Obrigado, Senhor Presidente. Da mesma forma, nos últimos dias temos discutido aqui com autoridades da Chancelaria o orçamento e estamos em condições de aprová-lo, se for possível, hoje.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Gloria Amarilla Acosta). Obrigada, Senhor Presidente, simplesmente para manifestar que a Representação do Paraguai também está em condições de aprovar este projeto de orçamento.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Flavio Tarsetti Quezada). Também não teríamos inconveniente em aprovar o projeto. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Pediria ao Senhor Vice-Presidente que ocupasse meu lugar para poder falar sobre o tema em minha condição de Representante do México.

Por favor, Senhor Vice-Presidente.

- Assume a Presidência do Comitê de Representantes o Senhor Representante Permanente do Equador, Embaixador José Rafael Serrano.

PRESIDENTE (José Rafael Serrano Herrera). Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (Gustavo Iruegas Evaristo). Muito obrigado, Senhor Presidente.

A Representação do México deseja esclarecer sua posição a respeito deste documento.

O tema geral surge de uma situação que não é estranha em nenhum organismo que deve manejar-se por orçamento e por programa. Acontece que há uma receita extra. O programa está elaborado e aprovado de acordo com as receitas previstas, que significa que está sendo elaborado em função do pagamento das quotas. Há um novo parceiro que paga uma nova quantidade. Mas há também uma realidade: a Associação tem uma dívida; a Associação tem uma dívida que contraiu para financiar o pagamento de quotas ainda não efetivadas. Essa dívida inclui custos; esses custos não estão incluídos no programa, não estão especificados no programa de despesas; não está claro quem termina financiando o custo dos pagamentos de dívidas. Esse é um assunto que está subjacente.

O outro é o seguinte: as receitas da Organização, independentemente de qual o parceiro que faça as contribuições, são para financiar o programa; o programa existe, não está esgotado. Em nenhum dos fundos propostos no programa em seu uso encontramos a razão pela qual há que modificar o programa. Cremos que a Associação deveria utilizar os fundos que tem para diminuir a dívida.

Por esse motivo, Senhor Presidente, queremos manifestar que a Representação do México participa destes trabalhos com um afã construtivo e precisamente consideramos que assinalar estas questões é construtivo para a Organização.

Uma vez feito este esclarecimento e com o propósito de não entorpecer os trabalhos da Organização a Representação do México estará em condições de aprovar o documento com os esclarecimentos já feitos. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante do México.

Convido-o a reassumir a Presidência.

- Reassume a Presidência do Comitê de Representantes o Senhor Representante do México, Embaixador Gustavo Iruegas Evaristo.

PRESIDENTE. Em consideração deste Comitê o projeto de resolução que apresenta a Comissão de Orçamento no documento ALADI/CR/PR 180.

Se não há objeções a esse respeito, seria aprovado por unanimidade.

Portanto, o Comitê de Representantes APROVA a Resolução 256, cujo texto faz parte da presente ata. Tem a palavra o Senhor Representante do Peru.

Representação do PERU. (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Senhor Presidente. Queria agradecer à Representação do México o apoio ao projeto que considero muito construtivo, não só por ter aprovado a resolução, senão pelos pontos de vista emitidos há um momento e que constarão em atas, certamente, pelo qual minha Comissão terá muito prazer em continuar com os trabalhos conforme sua preocupação, que consideramos muito louvável e que a temos, creio, todos nesta sala.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante do Peru. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente, em forma muito breve desejaria agradecer ao Comitê de Representantes e muito especialmente ao Presidente da Comissão de Orçamento pelo trabalho realizado para a aprovação da criação de nosso orçamento correspondente a este ano.

Quero, além disso, agradecer nesse sentido esta aprovação porque nos permitirá regularizar nossos movimentos contábeis durante o presente ano, o que não tinha podido acontecer até a adoção da resolução que estamos aprovando neste momento.

Finalmente reiterar ao Comitê nosso compromisso de uma revisão a fundo de nosso orçamento para o ano 2001; uma revisão a fundo que está acompanhada pelas normas estabelecidas na Resolução 255 sobre normas de pessoal, a qual já foi posta em execução e que redundará em benefício de toda a Associação e particularmente em cumprimento do disposto nos objetivos constantes na Resolução 47 (IX) do Conselho de Ministros. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral. Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Flavio Tarsetti Quezada). Obrigado, Senhor Presidente, como um alívio para a Secretaria-Geral e como é de praxe no mês de abril de cada ano, a Representação do Chile, nos próximos dias, enviará US\$ 250.000,00, como contribuição para o ano 2000. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado por esta boa notícia da Representação do Chile. Oferece-se a palavra sobre o mesmo tema. Não havendo oradores para este tema, passamos ao seguinte ponto.

7. Assuntos diversos.

- Anúncio do Secretário-Geral sobre apresentação de um relatório da sua visita ao México.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. O primeiro que queria manifestar é que na próxima reunião ordinária do Comitê apresentarei um relatório pormenorizado sobre minha recente visita ao México. Hoje preferi adiar sua apresentação porque a agenda contém demasiados pontos e porque temos expectativas pela reunião de Chefes de Representação, que se realizará depois desta sessão. E nessa oportunidade informarei sobre os resultados da assembléia da CEPAL, que acaba de realizar-se, mas especialmente, sobre minha visita oficial ao México, onde tive oportunidade de entrevistar-me com a Senhora Chanceler da República, com o Senhor Coordenador de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio e Fomento Industrial, SECOFI, com o Presidente do Banco de Comércio Exterior do México e com autoridades de diversas organizações empresariais, que me parece que foi o mais importante de minha visita a seu país, Senhor Presidente. Agradeço também a Vossa Excelência e, por seu intermédio, ao Governo do México toda a colaboração que me deram para cumprir minha missão.

- Comemoração do Vigésimo Aniversário da Assinatura do Tratado de Montevideú 1980.

Senhor Presidente, quero manifestar, também, que hoje, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala Zitarrosa, e como parte da comemoração do Vigésimo Aniversário da Associação, em coordenação com a Embaixada da Espanha e com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional, realizar-se-á um recital sobre canções e poesias de Federico García Lorca. Esperamos contar com a participação de todos os senhores neste importante evento.

Finalmente, Senhor Presidente, quero informar que para o final do mês de maio estamos preparando o lançamento deste pequeno livro chamado "ALADI te cuenta", no qual estarão incluídos os contos infantis oportunamente solicitados a cada uma das Representações. São contos para crianças e estão precedidos de um conto tentando explicar o que é a integração da América Latina e o que é a ALADI.

Publicaremos este livrinho, em uma primeira instância, em idioma espanhol; depois o publicaremos também em português. Imediatamente depois faremos o lançamento aqui, na sede. A idéia seria também que nos acompanhassem nessa oportunidade. Tomamos a iniciativa de convidar o Senhor Ministro da Educação e Cultura do país sede para que também participe. Consideramos de muita transcendência este projeto e acreditamos que ele nos aproximará da sociedade civil de toda nossa região.

Senhor Presidente, hoje recebi também uma chamada telefônica da Venezuela, do Doutor José Antonio Abreu, fundador da Orquestra Sinfônica Juvenil da Venezuela. Também é fundador da Orquestra Sinfônica Juvenil e da Orquestra Sinfônica Infantil dos países andinos e está trabalhando na criação da Orquestra Sinfônica Infantil da América Latina, o que implicará uma mobilização

de cento e dez mil crianças em nível de todos os países-membros da Associação, além dos países centro-americanos. Nessa ocasião, o Doutor Abreu pediu, basicamente, o apoio institucional. Logicamente, ele conhece todas as limitações de caráter financeiro da Associação. Ele é, fundamentalmente, economista e, depois, músico. Então, tentaremos também colaborar com este projeto e oxalá tenhamos a satisfação de que, no contexto da comemoração do Vigésimo Aniversário da Associação possamos ter um concerto oferecido pela Orquestra Filarmônica Infantil da República Oriental do Uruguai. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Encerra-se a sessão.
